

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.545 - RJ (2019/0194201-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : RUDY TAVARES RIBEIRO E OUTRO(S) - RJ146084**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Estado do Rio de Janeiro contra decisão que inadmitiu o recurso especial ao argumento de ausência de nulidade por vício de fundamentação e incidência da Súmula 7/STJ (A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial) (e-STJ, fls. 725-727).

A parte agravante sustenta ser estritamente jurídica a discussão acerca do caráter "estratosférico" da multa cominatória diária de R\$ 10 mil (e-STJ, fls. 736-744).

Impugnação às fls. 748-757 (e-STJ), indicando a limitação das *astreintes* ao valor global de R\$ 200 mil e descabimento da insurgência.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 774-780).

Processo com prioridade legal (art. 12, § 2º, VII, do CPC/2015, combinado com a Meta 6/CNJ/2019 – "Identificar e julgar até 31/12/2019 80% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1º/1/2015").

Sem recurso extraordinário na origem.

É o relatório.

Conforme se extrai do relatório, a parte agravante não se insurge quanto à falta de vício ensejador de nulidade do julgamento dos aclaratórios na origem.

Entende a Corte Especial deste Tribunal ser da parte agravante o dever de impugnar todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade, por tratar-se de julgado com único dispositivo, qual seja, a existência ou não de pressupostos recursais.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os

# Superior Tribunal de Justiça

fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 701.404/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator